

1

POLÍTICA COMERCIAL E INSTITUIÇÕES NO MERCOSUL: IMPACTOS SOBRE O COMÉRCIO E A PRODUTIVIDADE

**Honorio Kume¹
Guida Piani²
Pedro Miranda³**

1 Do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: honorio.kume@ipea.gov.br

2 Do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). E-mail: guida.piani@ipea.gov.br

3 Do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). E-mail: pedro.miranda@ipea.gov.br

dade de Granger entre comércio e crescimento mostram resultados contraditórios (Jung e Marshall, 1985 e Rodrik, 1995).

Recentemente, também tem se fortalecido a tese de que a política comercial pode contribuir para o crescimento econômico, mas somente se complementada por políticas macroeconômicas apropriadas e ambientes institucionais que assegurem os direitos de propriedade, que garanta o cumprimento de contratos através de um sistema judiciário eficiente e que sejam elaboradas medidas adequadas de regulação, quando necessárias (Rodrik, 2002 e 2003).

O comércio pode influenciar o crescimento econômico através dos impactos sobre a produtividade dos fatores, decorrente da saída de firmas menos eficientes e do acesso a novas tecnologias via importação de máquinas, equipamentos e insumos modernos. Esse efeito nem sempre é fácil de captar, pois os dados de produtividade são também influenciados por outras variáveis macroeconômicas, não sendo tarefa simples isolar as contribuições de cada um dos fatores determinantes. Alguns estudos encontraram uma associação positiva entre a produtividade e o desempenho das firmas exportadoras, mas ainda não são suficientemente abrangentes para permitir uma conclusão geral (Clerides, Lach e Tybout, 1998).

Esse capítulo tem como objetivo caracterizar o grau de liberalização comercial e a evolução do ambiente institucional no período 1990-2006 das economias do MERCOSUL e avaliar o seu impacto sobre o desempenho do comércio e a produtividade da indústria, com base em estudos disponíveis sobre esse tema.

Além dessa introdução, o trabalho está organizado da seguinte forma. Na Seção 2, caracteriza-se o atual estágio de abertura comercial dos países do MERCOSUL, comparando-o com os países escolhidos: desenvolvidos e em desenvolvimento. Na Seção 3, descreve-se a evolução dos indicadores de governança dos países do MERCOSUL entre 1996 e 2006 e os custos operacionais das atividades de comércio de 2007. Na Seção 4, mostram-se os impactos da liberalização das importações sobre o desempenho do comércio e a produtividade dos fatores. Finalmente, a Seção 5 resume as principais conclusões.

2. LIBERALIZAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

Já é bastante conhecido o processo de abertura comercial realizado pelos países do MERCOSUL e uma descrição detalhada é encontrada nos capítulos seguintes⁴. Nessa seção, procura-se comparar o atual grau de liberalização comercial dos membros do MERCOSUL com outros países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Essa tarefa exige um indicador que seja comparável entre os países, o que não está prontamente disponível, conforme alertaram os críticos dos trabalhos entre abertura comercial e crescimento. Por isso, utilizam-se três medidas. A primeira é a tarifa aduaneira média simples, bastante utilizada devida a facilidade de cálculo e questionada por não considerar a importância do produto e ignorar as restrições não-tarifárias.

A segunda, o índice de restrição ao comércio global (*Overall Trade Restrictiveness Indices* – ORTI), calculado pelo Banco Mundial, é medido por uma única tarifa ad-valorem que proporciona o mesmo valor total das importações de uma estrutura tarifária diversificada.

A terceira, o índice de liberalização comercial (ILC), calculado pela *The Heritage Foundation (Index Economic Freedom – Trade)*, é baseado nas tarifas mínima, média ponderada pelas importações e máxima, com uma penalidade de até 20 pontos dependendo do grau de barreiras não-tarifárias⁵. O índice varia entre zero e 100, sendo maior o grau de liberalização comercial quanto mais próximo estiver de 100.

Na Tabela 1 pode-se observar os indicadores de liberalização comercial dos países do MERCOSUL e de um grupo de países escolhidos. Em relação aos países desenvolvidos (Estados Unidos, Japão e União Européia), todas as medidas, à exceção do IRCG do Japão, mostram que as economias do MERCOSUL são ainda menos abertas ao comércio. No entanto, quando comparados com os países em desenvolvimento, o grau de abertura comercial é superior ao da Índia e México, (à exceção do ILC) e inferior ao do Chile.

4 Para os casos: argentino, Berlinski, capítulo 2; brasileiro, Kume, Piani e Miranda, capítulo 3; paraguai, Benegas e Colmán, capítulo 4; e uruguaio, Osimani e Estol, capítulo 5.

5 A fórmula de cálculo é dada por: $ILC = \frac{T_{max} - T_{med}}{T_{max} - T_{min}} - BNT$, onde ILC representa o

indicador de liberalização comercial, T_{max} a tarifa máxima, limitada em 50%, T_{med} a tarifa média efetivamente paga, ponderada pelas importações e T_{min} a tarifa mínima, geralmente de 0%.

Tabela 1
Indicadores de abertura comercial de países escolhidos

País/bloco	Tarifa média (ano)	IRCG-Banco Mundial (2007)	ILC - Heritage Foundation (2007)
MERCOSUL			
Argentina	10,4 (2000)	16	61,4
Brasil	10,4 (2004)	22	64,8
Paraguai	8,9 (2004)	14	67,4
Uruguai	9,3 (2006)	16	71,6
Desenvolvidos			
Estados Unidos	4,9 (2004)	9	76,6
Japão	6,4 (2006)	16	75,2
União Européia	6,9 (2006)	9	76,6
Em desenvolvimento			
Chile	5,9 (2003)	9	72,4
China	9,7 (2005)	11	68,0
Coréia do Sul	12,8 (2004)	10	64,2
Índia	17,5 (2007)	20	51,2
México	16,5 (2001)	27	72,6

Fonte: Tarifa, Trade Policy Review, países escolhidos, WTO, último número disponível. IRCG, World Bank. ILC, Index Economic Freedom - Trade, The Heritage Foundation.

3. QUALIDADE DAS INSTITUIÇÕES

Segundo as teorias tradicionais de comércio, a determinação dos bens a serem exportados ou importados é definida pelas diferenças na dotação relativa de fatores e na tecnologia, enquanto as teorias modernas enfatizam o papel da estrutura de mercado e das economias de escala. No entanto, ambas não consideram o papel das instituições (Greif, 1992).

As transações comerciais geralmente envolvem três fases: na primeira, ocorre o contato entre os agentes econômicos para uma avaliação dos ganhos que uma eventual venda/compra propiciaria. Na segunda, as condições que viabilizam a transação são fixadas, tais como preço, quantidade, qualidade e prazo de entrega e pagamento. Finalmente, na terceira, verifica-se se as exigências estabelecidas no contrato de venda/compra foram cumpridas (Butter e Mosch, 2003). Quando essas atividades comerciais envolvem agentes localizados em países diferentes, a terceira etapa assume maior relevância, pois a informação assimétrica pode estimular comportamentos oportunistas, elevando o grau de incerteza.

O envolvimento com agentes no exterior, em países que possuem sistemas legais e políticos diferentes, dificulta o ressarcimento dos prejuízos decorrentes do não cumprimento dos contratos, o que eleva os custos nas atividades de comércio internacional (Rodrik, 2000). Por exemplo, a escolha do local das demandas judiciais (seu ou do parceiro) pode não ser apropriada e a justiça internacional não pode exigir que suas decisões sejam acatadas.

Para North (1991), a qualidade das instituições pode facilitar ou dificultar o cumprimento dos contratos, afetando a rentabilidade efetiva das transações com o exterior. Dessa forma, a natureza das instituições influencia a magnitude e a direção do comércio, gerando uma complementaridade entre a evolução das instituições e a expansão do comércio.

3.1 Indicadores de governança

É bastante conhecida a dificuldade em medir a qualidade das instituições, dada a complexidade do conceito e seu caráter multidimensional. Portanto, qualquer medida sempre apresentará erros importantes de mensuração (Kauffman, Kraay e Mastruzzi, 2007).

Essa seção utiliza quatro indicadores de governança (Worldwide Governance Indicators) estimados pelo Banco Mundial, ambos baseados nas percepções sobre a

qualidade das instituições por parte de firmas e indivíduos, de agências especializadas em mensuração de risco, de organizações não-governamentais e de agências multilaterais de fomento. Cada fonte fornece uma nota –uma avaliação imperfeita e subjetiva da noção de governança. Essas notas são agregadas com valores normalizados entre– 2,5 e 2,5, sendo atribuído maior valor a melhor governança (Kauffman, Kraay e Mastruzzi, 2007).

Os indicadores podem ser divididos em dois grupos. O primeiro reflete a capacidade do governo na formulação e implementação de políticas públicas.

A **eficiência do governo** mede a qualidade dos serviços públicos, a competência dos servidores, o grau de independência frente às pressões políticas, a capacidade na formulação e implementação de políticas e de sua credibilidade.

A **qualidade regulatória** reflete a habilidade do governo em formular e implementar políticas adequadas de controle e regulação do sistema de mercado.

O segundo grupo avalia a capacidade das instituições em estabelecer regras e procedimentos apropriados para consolidar as transações de mercado e o direito de propriedade.

O **estado de direito** mede o grau de confiabilidade e de aceitação pelos agentes das regras estabelecidas e, em particular, o cumprimento dos contratos e das decisões do sistema judiciário.

O **controle da corrupção** afere a apropriação dos órgãos públicos para gerar ganhos privados, tais como a corrupção na política e a necessidade de oferecer pagamentos para obter ou acelerar os procedimentos do serviço público.

A Tabela 2 apresenta esses indicadores de governança para 1996 e 2006. Apesar da redução do desvio-padrão ao longo do período, indicando uma maior confiança nos indicadores, a sua magnitude ainda é muito elevada. Assim, na maioria dos casos as diferenças entre os indicadores não são estatisticamente significantes ao nível de 10%, exceto quando assinalados com asterisco – Argentina e Paraguai apresentam uma queda na qualidade da regulação e a Argentina no estado de direito.

Em resumo, não houve uma melhora no ambiente institucional no MERCOSUL que pudesse ter contribuído para a ampliação do comércio.

3.2 Custo de exportação e importação

O Banco Mundial estima para 178 países os custos⁶ envolvidos entre o momento da assinatura de contrato de exportação (importação) de um lote de mer-

Tabela 2
Indicadores de governança dos países do MERCOSUL

Ano	Indicadores	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Eficiência do governo					
1996	Média	0,37	- 0,27	- 0,76	- 0,08
	Desvio-padrão	0,23	0,23	0,28	0,27
	Ordem percentual	69,2	47,4	21,8	56,9
2006	Média	- 0,19	- 0,11	- 0,88	0,48
	Desvio-padrão	0,16	0,16	0,18	0,18
	Ordem percentual	49,3	52,1	20,4	68,7
Qualidade da regulação					
1996	Média	0,81*	0,39	0,83*	0,87
	Desvio-padrão	0,23	0,23	0,40	0,33
	Ordem percentual	79,5	61,5	81,0	82,9
2006	Média	- 0,74*	0,00	- 0,68*	0,31
	Desvio-padrão	0,18	0,18	0,19	0,19
	Ordem percentual	22,9	54,1	24,4	60,0
Estado de direito					
1996	Média	0,12*	- 0,20	- 0,49	0,51
	Desvio-padrão	0,19	0,19	0,25	0,23
	Ordem percentual	57,6	50,0	35,2	66,7
2006	Média	- 0,58*	- 0,48	- 0,93	0,40
	Desvio-padrão	0,13	0,13	0,15	0,15
	Ordem percentual	35,7	41,4	18,1	61,0
Controle da corrupção					
1996	Média	- 0,18	- 0,18	- 0,51	0,43

Fonte: *Worldwide Governance Indicators, 1996-2006, World Bank.*

cadorias e a entrega (recebimento) do produto. Para permitir a comparação entre países, o cálculo é baseado em uma empresa com um conjunto de características similares⁷ e que exporta determinados produtos⁸ em um contêiner de seis metros cúbicos.

6 As informações são obtidas de despachantes aduaneiros, empresas de navegação e autoridades portuárias.

7 A firma é privada, com capital 100% nacional, emprega pelo menos 200 pessoas, está localizada na cidade mais populosa do país, não opera em áreas com tratamento fiscal privilegiado e vende mais de 10% da sua produção para o mercado externo.

8 Os produtos exportados estão distribuídos na Classificação Uniforme de Comércio Internacional (CUCI) a dois dígitos: 07 - café, chá, cacau, especiarias e seus manufaturados; 65 - fios têxteis, tecidos e artigos manufaturados; 84 - artigos de vestuário e acessórios.

Foram obtidas as seguintes informações:

- a) o número de documentos necessários para a execução de uma operação de comércio exterior: documentos bancários, declaração aduaneira, licença de importação entre outros;
- b) o número de dias decorrido entre a data da assinatura do contrato de exportação (importação) e a entrega (recebimento) do produto;
- c) os custos correspondentes às taxas cobradas sobre um contêiner de seis metros cúbicos, incluindo as despesas para elaboração dos documentos, taxas aduaneiras para liberação e movimentação de mercadorias no porto, exceto o imposto doméstico e a tarifa aduaneira.

A Tabela 3 apresenta os custos operacionais de exportação e importação dos países do MERCOSUL e de um grupo de países escolhidos. Na posição geral entre os 178 países, a Argentina situa-se em 107º. lugar, o Brasil em 93º., o Paraguai em 123º. e o Uruguai em 125º. Essas posições colocam os membros do MERCOSUL abaixo de outros países em desenvolvimento, tais como o Chile (43º. lugar), China (42º.), Índia (79º.) e Coréia do Sul (13º.) e dos Estados Unidos (15º.).

De maneira geral, o número de documentos, o tempo exigido para uma operação de comércio exterior e o custo por contêiner são mais elevados do que os países de referência, indicando que ainda há espaço para a adoção de medidas no MERCOSUL que diminua, os custos de transação externa.

Tabela 3
Custos operacionais de exportação e importação:
membros do MERCOSUL e países escolhidos - 2007

Descrição	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Chile	China	Índia	Coréia	EUA
Exportação									
Número de documentos	9	8	9	10	6	7	8	4	4
Tempo para entrega (dias)	16	18	35	24	21	21	18	11	6
Custo por contêiner (US\$)	1.325	1.090	720	925	645	390	820	745	960
Importação									
Número de documentos	7	7	10	10	7	6	9	6	5
Tempo para recebimento (dias)	20	22	33	23	21	24	21	10	5
Custo por contêiner (US\$)	1.825	1.240	900	1.180	685	430	910	745	1.160
Posição	107º.	93º.	123º.	125º.	43º.	42º.	79º.	13º.	15º.

Fonte: *Doing Business, World Bank.*

4. IMPACTOS SOBRE O COMÉRCIO E A PRODUTIVIDADE

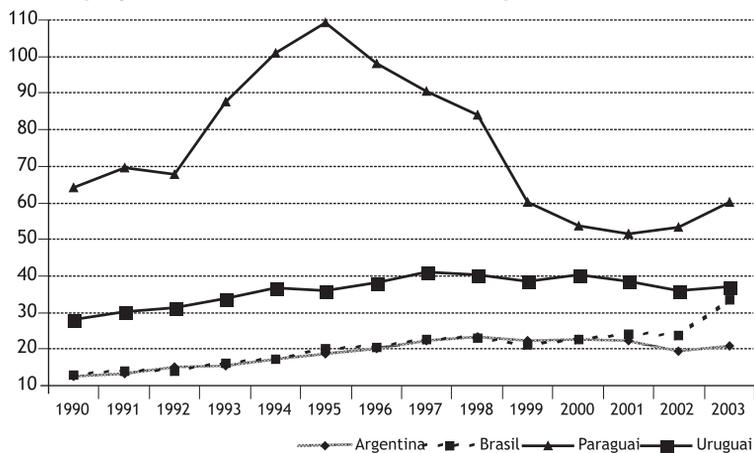
O efeito natural da liberalização das importações é o aumento nos fluxos de comércio. Essa ampliação pode influenciar o crescimento econômico através dos impactos sobre a produtividade dos fatores setoriais decorrentes da saída de firmas menos eficientes promovida pela maior competição externa e do acesso a novas tecnologias via importação de máquinas, equipamentos e insumos modernos.

4.1 Desempenho do comércio

Uma medida tradicional de abertura comercial é a proporção entre a soma das exportações e importações e o PIB. No entanto, como os dados de comércio são calculados em dólares e o PIB em unidades da moeda doméstica, essa medida é fortemente influenciada pelas oscilações da taxa de câmbio nominal, que foram bastante freqüentes nos países do MERCOSUL no período em análise.

Para contornar esse problema, utiliza-se a relação comércio sobre PIB, disponível no Penn Table, versão 6.2, com o PIB medido pela taxa de câmbio com base na paridade do poder de compra. Pode-se notar no Gráfico que, à exceção do Para-

Gráfico
Participação do comércio sobre PIB - países do MERCOSUL



Fonte: Heston, Summers e Aten, Penn World Table Version 6.2. Elaboração própria.

guai, o coeficiente de abertura comercial nos países do MERCOSUL tem um aumento substancial no período 1990-2003 (último ano disponível).

Na Argentina, passa de 12,6%, em 1990, para 23,4%, em 1998. No ano seguinte, cai para 22,2%, mantendo-se em torno desse nível até 2001, quando diminui para 19,4% devido à crise econômica decorrente do fim do Plano de Convertibilidade. Em 2003, o coeficiente de abertura comercial se recupera atingindo 20,8%.

O Brasil praticamente dobra a proporção do comércio sobre o PIB passando de 13%, em 1990, para 23%, em 1998. A mudança do regime cambial em 1999 reduz essa relação para 21,3%, mas nos anos seguintes torna-se novamente crescente, à exceção de uma pequena queda em 2002, atingindo 33,4%, em 2003.

O Paraguai, dado o seu pequeno tamanho, tem o maior coeficiente de abertura comercial entre os países membros do MERCOSUL. Essa relação cresceu de 64,1%, em 1990, para 109,2%, em 1995. A partir de então, passa a apresentar uma trajetória decrescente alcançando 51,6%, em 2001. Nos anos seguintes, recupera-se e atinge 60,1%, em 2003, mas inferior ainda ao início dos anos 1990.

No Uruguai, a parcela do comércio sobre PIB manteve um curso crescente, passando de 28,2%, em 1990, para 40,9%, em 1997. A partir de então, passa a oscilar entre 37% e 40%.

A Tabela 4 mostra o índice de comércio intra-indústria tradicional, medido por um menos o percentual do saldo comercial em valor absoluto sobre o comércio total (exportação mais importação), para os países do MERCOSUL, global e intra-regional, por biênio, no período 1989-2006. Os cálculos foram feitos por setor da CUCI, Revisão 2, 4 dígitos⁹ e posteriormente agregados. Para todos os países, o indicador de comércio intra-indústria é crescente. Como esperado, dada a maior similaridade na dotação de fatores entre os países membros do MERCOSUL, o indicador é maior para as transações intra-bloco do que para o total. Todos apresentam uma queda na participação do comércio intra-indústria no comércio total nos biênios 1999-2000 e 2001-2002 devido às crises econômicas.

Vale notar que a Argentina, o Brasil e o Uruguai já desfrutavam de um comércio intra-indústria substancial antes do MERCOSUL, provavelmente decorrente dos acordos bilaterais assinados entre os países da região.

De maneira geral, nos quatro países, a maior concentração de comércio intra-indústria está em produtos químicos, artigos manufaturados, segundo a matéria prima e máquinas e material de transporte. No comércio intra-regional, uma redução importante nesse tipo de comércio ocorre em bebidas e fumo. (Ver tabelas no anexo).

⁹ A classificação CUCI, Revisão 2, foi utilizada devido à disponibilidade de dados desde 1989 para caracterizar o período anterior ao MERCOSUL.

Tabela 4
Indicadores de comércio intra-indústria: total e intra-
MERCOSUL, por país e por biênio: 1989-5006

Anos	1989-1990	1991-1992	1993-1994	1995-1996	1997-1998	1999-2000	2001-2002	2003-2004	2005-2006
Argentina									
MERCOSUL	32,7	32,7	37,7	40,2	44,0	42,0	40,6	41,1	44,4
Total	12,9	14,6	16,6	17,7	19,5	18,8	17,7	16,7	19,8
Brasil									
MERCOSUL	25,6	29,7	33,8	37,2	41,8	41,2	40,4	40,9	43,4
Total	14,4	16,8	17,9	18,5	21,1	21,0	19,6	17,8	18,8
Paraguai									
MERCOSUL	2,3	3,9	6,0	5,3	6,0	6,7	7,0	7,4	10,3
Total	1,4	2,0	3,2	3,3	3,7	4,1	4,6	4,2	4,6
Uruguai									
MERCOSUL	22,3	28,3	30,8	32,6	32,9	34,0	31,9	27,6	30,6
Total	10,8	13,1	17,5	17,8	18,0	17,5	16,3	12,9	13,2

Fonte: WITS. Elaboração própria

4.2 Produtividade

Ferreira e Rossi (2003) estimaram uma equação entre a taxa de crescimento anual da produtividade total dos fatores e a redução tarifária (nominal e efetiva), controlada pelas características específicas de cada atividade (efeito fixo), pelos fatores macroeconômicos (*dummy* de tempo e taxa de inflação) e pela política de privatização (exclusão dos setores de metalurgia e siderurgia e química) que ocorreram simultaneamente no mesmo período. Eles concluem que a redução tarifária no período contribuiu para o aumento de 8% a 12% na taxa de crescimento da produtividade total dos fatores do Brasil, no período 1985-1997.

No caso argentino, para Meloni (1999) e Maia e Nicholson (2001)¹⁰, a decomposição do PIB no período 1990-2000 indica que a sua variação é explicada principalmente pelo crescimento anual médio da produtividade total dos fatores de 2,3%, o que é atribuído às reformas estruturais, entre as quais a abertura comercial. No entanto, para Coremberg (2005), o mesmo exercício para o período 1993-2001 mostra que o fator determinante do crescimento econômico foi a acumulação do

10 Citado por Berlinski, no capítulo 3.

capital, com variação próxima de zero da produtividade total dos fatores. Esse último autor atribui o resultado diferenciado em relação aos dois primeiros trabalhos ao cuidadoso procedimento adotado para medir as quantidades de capital e trabalho¹¹, evitando na medida do possível que erros de medida dessas variáveis contaminem as estimativas de produtividade dos fatores.

A *Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas* (FIEL, 2002) efetuou a decomposição do crescimento do valor adicionado de 14,8% para uma amostra das firmas grandes no período 1993-1998, sendo que dessa variação, 23,6%a foi decorrente da contribuição do fator trabalho, 48% do capital e 28,4% da produtividade total dos fatores.

No entanto, em nenhum dos trabalhos citados há testes estatísticos que mostrem a influência da liberalização das importações na formação do capital e no aumento da produtividade total dos fatores.

Para o Paraguai, Guilém (2006)¹², afirma que a produtividade total dos fatores não contribuiu significativamente para o crescimento econômico devido a incompatibilidade entre os bens de capital importados e disponibilidade de trabalhadores qualificados. A produtividade do trabalho medido pelo valor adicionado a preços constantes aumentou substancialmente no período 1992-2005, mas não permite inferir os fatores que determinaram esse resultado.

Casacuberta, Fachola e Gandelman (2004) estimaram, para o Uruguai, um crescimento anual entre 3,3% e 3,7% da produtividade total dos fatores na indústria manufatureira no período 1988-1995. Para testar a influência da abertura comercial, estimaram o nível da produtividade do capital, do trabalho e total dos fatores da firma em um determinado ano, em função das tarifas do setor (CUCI-4) a que pertence, no mesmo ano e nos dois anos anteriores, do grau de concentração setorial – parcela de mercado dos três maiores estabelecimentos –, do percentual de trabalhadores sindicalizados do setor¹³, do tamanho – valor adicionado do estabelecimento –, da saída de firmas do setor, medida por uma variável *dummy*, da própria produtividade no ano anterior e pelos efeitos específicos da firma, do setor e do ano (efeitos fixos). Os resultados mostram que uma redução de 1% na tarifa provoca um aumento nas produtividades entre 0,4% e 1%.

11 No cálculo da variação dos fatores foi considerada a mudança no preço relativo dos bens de capital classificados em 109 tipos e a evolução qualitativa dos fatores. A ponderação da taxa de crescimento dos fatores foi corrigida de acordo com a distribuição anual de renda.

12 Citado por Benegas e Colmán no capítulo 5.

13 As variáveis concentração setorial e grau de sindicalização dos trabalhadores são multiplicadas pela tarifa do ano anterior.

5. CONCLUSÕES

Nos anos 1990, após décadas de forte protecionismo à indústria doméstica, os países do MERCOSUL adotaram programas unilaterais de liberalização das importações que reduziram as tarifas aduaneiras de cerca de 60% para 10% e eliminaram quase totalmente as restrições não-tarifárias.

O resultado dessas medidas pode ser visto comparando-se o estágio de abertura comercial alcançado com a de outros países. Essa tarefa não é simples devida à ausência de um indicador que capte todas as formas de intervenção governamental na atividade de comércio exterior. Para atenuar esse problema, foram selecionados três indicadores: a tarifa média simples e os índices de liberalização comercial do Banco Mundial e da *Heritage Foundation*. Os resultados mostram que nos anos 2000, os países do MERCOSUL são relativamente mais abertos do que a Índia e o México, mas menos do que o Chile, os Estados Unidos, o Japão e a União Européia.

A melhora qualitativa das instituições também contribui para a expansão do comércio. No entanto, a julgar pela evolução de quatro indicadores de governança – eficiência do governo, qualidade da regulação, estado de direito e controle da corrupção – estimados pelo Banco Mundial entre 1996 e 2006, o desempenho não foi favorável. Além disso, em 2007, a comparação dos custos das atividades de comércio exterior entre 178 países situa a Argentina 107º. lugar, o Brasil em 93º., o Paraguai em 123º. e o Uruguai em 125º, posições bem abaixo de outros países em desenvolvimento, tais como o Chile (43º. lugar), China (42º.), Índia (79º.) e Coréia do Sul (13º.) e dos Estados Unidos (15º.), assinalando que ainda há espaço para a adoção de medidas no MERCOSUL que diminua os custos de transações externas.

A participação do comércio sobre o PIB aumentou entre 1990 e 2003, passando de 12,6% para 20,8% na Argentina, de 13% para 33,4% no Brasil e de 28,2% para 39% no Uruguai. O Paraguai é o único membro do bloco que teve queda, de 64,1% para 60,1%. Os índices de comércio intra-indústria total dos países do MERCOSUL também se elevaram entre os biênios 1989-1990 e 2005-2006, com maiores elevações no comércio intra-regional.

Por último, no Brasil e no Uruguai há evidências empíricas que mostram a contribuição positiva da abertura comercial sobre a produtividade total dos fatores. Na Argentina, o próprio aumento da produtividade é sujeito a controvérsias: algumas estimativas obtêm um crescimento da produtividade total dos fatores no período 1900-2000, mas uma vez que os erros de mensuração das quantidades de fatores são corrigidos, essa variação desaparece. No Paraguai, os cálculos também não registram uma expansão da produtividade total dos fatores, ainda que a produtividade do trabalho tenha aumentado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Benegas, G. S. e Colmán, H. (2008) **Crecimiento Económico, Instituciones y Política Comercial: en el Paraguay, 1975-2005**, capítulo 4.
- Berlinski, J. (2008) Argentina, **Política Comercial y Asignación de Recursos em Argentina (Comercio Inter/Intra-industrial, Instituciones de Defensa Comercial y Productividad)**, capítulo 2.
- Butter, F. A. G. e Mosch, R. H. J. (2003) **Trade, Trust and Transaction Costs**. Tinbergen Institute Discussion Paper 082/3.
- Clerides, S., Lach, S. e Tybout, J. (1998) Is Learning by Exporting Important? Micro-Dynamic Evidence from Colombia, Mexico e Morocco. **Quarterly Journal of Economics**, vol. 113.
- Casacuberta, C., Fachola, G. e Gandelman, N. (2004) **The Impact of Trade Liberalization on Employment, Capital, and Productivity Dynamics: Evidence from the Uruguayan Manufacturing Sector**. Working Paper R-479. Inter-American Development Bank, February.
- Coremberg, A. A. (2003) **El Crecimiento de la Productividad de la Economía Argentina Durante La Década de los Noventa: “Mito o Realidad”**. XXXVIII Reunión Anual de La Asociación Argentina de Economía Política, Noviembre.
- Dollar, D. (1992) Outward-oriented Developing Economies Really Do Grow More Rapidly: Evidence from 95 LDCs, 1976-1985. **Economic Development and Cultural Change**, vol. 40, no. 3.
- Ferreira, P. C. e Rossi, J. L. (2003) New Evidence from Brazil on Trade Liberalization and Productivity Growth. **International Economic Review**, vol. 44.
- Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas – FIEL. (2002) **Productividad, Competitividad y Empresas. Los Engranajes del Crecimiento**. Buenos Aires: FIEL.
- Frankel, J. A. e Romer, D. (1999) Does Trade Cause Growth? **American Economic Review**, vol. 89.
- Greif, A. (1992) Institutions and International Trade: Lessons from the Commercial Revolution. **American Economic Review**, vol. 82, nº. 2, May.
- Hallak, J. C. e Levinsohn, J. (2004) **Trade Policy as Development Policy? Evaluating the Globalization and Growth Debate**. University Michigan, July.

- Heritage Foundation. **Index Economic Freedom – Trade**. (<http://www.heritage.org/index/>)
- Heston, A., Summers, R. e Aten, B. (2006) **Penn World Table Version 6.2**. Center for International Comparisons of Production, Income and Prices. University of Pennsylvania, September. (<http://pwt.econ.upenn.edu>)
- Jung, S. W. e Marshall, P. J. (1985) Exports, Growth and Causality in Developing Countries. **Journal of Development Economics**, vol. 18.
- Meloni, O. (1999) **Crecimiento Potencial y Productividad en la Argentina: 1980-1997**. Universidad Nacional de Tucumán e Ministério de Economía.
- North, D. (1991) Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, vol. 5, nº. 1, Winter.
- Osimani, R. e Estol, R. (2008) **Crecimiento Económico, Instituciones y Política Comercial: en el Uruguay**, capítulo 5.
- Rodriguez, F. e Rodrik, D. (2001) Trade Policy and Economic Growth: A Skeptic's Guide to the Cross-National Literature. In: Bernanke, B e Rogoff, K. S. (eds.) **Macroeconomics Annual 2000**. Cambridge, MA: MIT Press.
- Rodrik, D. (1995) **Trade Strategy, Investment and Exports: Another Look at East Asia**. Working Paper 5399, Cambridge: NBER.
- Rodrik, D. (2002) **Institutions, Integration, and Geography: In Search of the Deep Determinants of Economic Growth**. February.
- Rodrik, D. (ed.) (2003) **In Search of Prosperity: Analytic Narratives on Economic Growth**. Princeton e Oxford: Princeton University Press.
- Rodrik, D. (2005) **Why We Learn Nothing form Regressing Economic Growth on Policies**. Harvard University, March.
- Sachs, J. e Werner, A. (1995) **Economic Convergence and Economic Policies**. NBER Working Paper 5.039.
- Wacziarg, R. (2002) Review of Easterly's *The Elusive Quest for Growth*. **Journal of Economic Literature**, vol. XL, September.
- World Bank. **Trade Restrictiveness Indices**. (<http://econ.worldbank.org>)
- World Bank e United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). **World Integrated Trade Solution (WITS)**. (<http://wits.worldbank.org/witsweb/>)
- World Bank (2007). **Doing Business, 2008** (<http://www.doingbusiness.org>).
- World Trade Organization (WTO) (2000) **Trade Policy Review – Argentina** (<http://www.wto.org>).

- World Trade Organization (WTO) (2001) **Trade Policy Review – México**
(<http://www.wto.org>).
- World Trade Organization (WTO) (2003) **Trade Policy Review – Chile**
(<http://www.wto.org>).
- World Trade Organization (WTO) (2004) **Trade Policy Review – Brasil**
(<http://www.wto.org>).
- World Trade Organization (WTO) (2004) **Trade Policy Review – Coréia do Sul**
(<http://www.wto.org>).
- World Trade Organization (WTO) (2004) **Trade Policy Review – Estados Unidos**
(<http://www.wto.org>).
- World Trade Organization (WTO) (2004) **Trade Policy Review – Paraguai**
(<http://www.wto.org>).
- World Trade Organization (WTO) (2005) **Trade Policy Review – China**
(<http://www.wto.org>).
- World Trade Organization (WTO) (2006) **Trade Policy Review – Japão**
(<http://www.wto.org>).
- World Trade Organization (WTO) (2006) **Trade Policy Review – União Européia**
(<http://www.wto.org>).
- World Trade Organization (WTO) (2006) **Trade Policy Review – Uruguai**
(<http://www.wto.org>).
- World Trade Organization (WTO) (2007) **Trade Policy Review – Índia**
(<http://www.wto.org>).

ANEXO

Tabela A.1
Indicador de comércio intra-indústria da Argentina, total e com MERCOSUL,
média do biênio, período 1990-2006

	TOTAL										
	1989-1990	1991-1992	1993-1994	1995-1996	1997-1998	1999-2000	2001-2002	2003-2004	2005-2006		
Seção - CUCI - Rev.2	1,8	5,2	7,9	7,0	7,4	7,0	4,8	3,0	3,2		
Produtos alimentícios e animais vivos	8,9	12,1	17,7	25,8	30,2	25,7	16,4	8,5	9,3		
Bebidas e fumo	6,3	4,0	4,9	5,5	12,0	9,0	6,1	6,1	8,2		
Matérias primas não comestíveis, exceto os combustíveis	5,5	15,5	20,6	9,9	7,5	6,1	5,7	2,7	8,4		
Combustíveis e lubrificantes, minerais e produtos conexos	0,9	1,7	2,2	2,6	2,7	3,0	1,5	1,0	1,0		
Óleos, gorduras e cereas de origem animal e vegetal	36,0	31,4	25,3	28,3	28,4	31,4	36,5	38,6	41,0		
Produtos químicos e produtos conexos	14,9	16,9	17,2	23,3	25,2	24,0	25,7	24,8	26,9		
Artigos manufaturados, classificados segundo o material	27,3	20,2	21,8	24,5	26,5	27,0	30,4	30,7	29,8		
Máquinas e material de transporte	16,7	18,4	14,5	22,0	22,2	18,4	20,8	23,4	27,3		
Artigos manufaturados diversos	24,1	34,1	11,9	4,7	18,7	8,8	9,0	3,1	0,9		
Mercadorias diversas	12,9	14,6	16,6	17,7	19,5	18,8	17,7	16,7	19,9		
TOTAL											
	MERCOSUL										
Seção - CUCI - Rev.2	1989-1990	1991-1992	1993-1994	1995-1996	1997-1998	1999-2000	2001-2002	2003-2004	2005-2006		
Produtos alimentícios e animais vivos	5,6	15,4	16,4	14,1	14,9	15,0	14,0	12,3	12,9		
Bebidas e fumo	71,1	40,9	33,9	38,8	34,3	22,8	13,7	10,6	12,8		
Matérias primas não comestíveis, exceto os combustíveis	21,9	13,1	12,9	12,1	15,6	19,8	21,4	25,7	28,8		
Combustíveis e lubrificantes, minerais e produtos conexos	9,2	16,2	22,7	8,3	4,3	8,6	11,9	3,7	13,3		
Óleos, gorduras e cereas de origem animal e vegetal	4,5	10,2	7,8	12,3	14,5	13,9	10,8	16,2	17,9		
Produtos químicos e produtos conexos	62,0	62,8	52,3	60,5	59,3	67,5	68,8	71,7	74,0		
Artigos manufaturados, classificados segundo o material	39,5	24,1	26,2	43,6	43,8	39,6	47,6	43,6	42,3		
Máquinas e material de transporte	65,3	46,6	59,2	65,4	66,2	65,3	58,0	54,0	50,7		
Artigos manufaturados diversos	43,0	43,6	37,7	58,9	57,2	38,9	43,3	46,1	53,1		
Mercadorias diversas	62,3	0,5	20,7	48,0	16,8	2,3	10,5	-	1,8		
TOTAL	32,7	32,7	37,7	40,2	44,0	42,0	40,6	41,1	44,4		

Fonte: WITS. Elaboração própria

Tabela A.2
Indicador de comércio intra-indústria do Brasil, total e com MERCOSUL,
média do biênio, período 1990-2006

	TOTAL										
	1989-1990	1991-1992	1993-1994	1995-1996	1997-1998	1999-2000	2001-2002	2003-2004	2005-2006		
Seção - CUCI - Rev.2											
Produtos alimentícios e animais vivos	1,9	3,8	4,5	5,2	5,4	5,0	4,0	3,2	3,5		
Bebidas e fumo	2,5	7,7	9,5	10,2	8,7	4,2	3,7	3,0	4,1		
Matérias primas não comestíveis, exceto os combustíveis	6,9	6,0	5,0	6,3	7,2	6,4	5,6	4,3	4,1		
Combustíveis e lubrificantes, minerais e produtos conexos	2,2	8,3	14,7	7,4	7,0	7,3	6,9	3,5	7,6		
Óleos, gorduras e ceras de origem animal e vegetal	2,0	8,6	8,6	6,6	5,2	6,0	4,7	5,0	7,2		
Produtos químicos e produtos conexos	34,2	34,2	29,1	27,0	27,1	29,6	30,1	32,5	34,5		
Artigos manufaturados, classificados segundo o material	13,6	14,3	17,6	22,7	24,4	24,2	22,8	18,5	19,7		
Máquinas e material de transporte	30,0	33,2	30,4	28,0	32,5	32,0	30,3	31,1	31,0		
Artigos manufaturados diversos	13,9	15,4	15,1	18,6	20,3	20,7	19,4	17,9	18,1		
Mercadorias diversas	10,5	2,7	10,4	0,8	1,2	1,1	7,2	0,9	2,0		
TOTAL	14,4	16,8	17,9	18,5	21,1	21,0	19,6	17,9	18,8		
	MERCOSUL										
Seção - CUCI - Rev.2											
Produtos alimentícios e animais vivos	4,5	13,9	15,0	12,8	12,8	14,8	13,7	12,5	14,7		
Bebidas e fumo	66,5	42,5	26,6	15,3	11,4	21,8	20,9	23,3	21,1		
Matérias primas não comestíveis, exceto os combustíveis	13,4	9,6	8,7	7,9	13,5	16,5	17,1	21,3	29,4		
Combustíveis e lubrificantes, minerais e produtos conexos	15,1	25,4	24,0	9,9	5,2	8,8	15,6	5,9	16,9		
Óleos, gorduras e ceras de origem animal e vegetal	7,0	7,9	6,6	10,6	11,6	14,0	16,0	28,9	25,3		
Produtos químicos e produtos conexos	58,8	62,2	48,9	60,5	61,2	68,1	69,7	69,1	71,1		
Artigos manufaturados, classificados segundo o material	28,8	23,5	23,1	41,0	41,9	35,6	43,0	39,8	37,9		
Máquinas e material de transporte	45,5	39,3	56,0	60,4	63,2	62,7	54,9	51,2	48,6		
Artigos manufaturados diversos	29,7	38,8	35,9	54,6	52,4	34,4	35,6	36,6	43,2		
Mercadorias diversas	61,7	0,3	16,4	16,8	9,5	1,8	11,3	0,1	1,6		
TOTAL	25,6	29,7	33,8	37,2	41,8	41,2	40,4	40,9	43,4		

Fonte: WITS. Elaboração própria

Tabela A.3
Indicador de comércio intra-indústria da Paraguai, total e com MERCOSUL,
média do biênio, período 1990-2006

Seção - CUCI - Rev.2	TOTAL										
	1989-1990	1991-1992	1993-1994	1995-1996	1997-1998	1999-2000	2001-2002	2003-2004	2005-2006		
Produtos alimentícios e animais vivos	2,7	4,9	9,6	8,6	9,8	12,5	8,3	7,9	7,5		
Bebidas e fumo	0,5	0,6	1,5	1,6	0,7	0,8	8,1	5,2	3,9		
Matérias primas não comestíveis, exceto os combustíveis	0,2	0,6	0,6	1,0	4,1	3,5	2,4	3,3	6,7		
Combustíveis e lubrificantes, minerais e produtos conexos	-	2,2	2,9	1,8	0,3	0,5	0,3	0,1	0,0		
Óleos, gorduras e ceras de origem animal e vegetal	0,5	1,1	2,6	1,3	4,2	8,1	5,1	2,8	7,5		
Produtos químicos e produtos conexos	8,2	4,0	4,0	4,6	5,3	5,7	7,0	6,4	6,4		
Artigos manufaturados, classificados segundo o material	1,7	3,2	4,1	7,8	8,3	8,0	8,1	9,4	10,7		
Máquinas e material de transporte	0,3	0,8	1,8	0,9	0,9	0,6	2,5	0,6	0,5		
Artigos manufaturados diversos	3,9	5,3	5,7	4,1	4,8	6,1	6,8	7,1	9,0		
Mercadorias diversas	-	1,5	0,0	0,3	1,5	11,6	0,0	-	-		
TOTAL	1,4	2,0	3,2	3,1	3,7	4,1	4,6	4,2	4,6		
Seção - CUCI - Rev.2	MERCOSUL										
Produtos alimentícios e animais vivos	3,6	10,7	17,2	14,0	13,8	21,1	15,0	15,3	18,3		
Bebidas e fumo	16,7	9,7	6,0	2,9	0,8	1,1	2,8	5,4	5,0		
Matérias primas não comestíveis, exceto os combustíveis	0,5	1,4	0,9	1,3	7,9	5,8	4,6	8,2	16,3		
Combustíveis e lubrificantes, minerais e produtos conexos	-	3,4	3,9	1,9	0,3	0,6	0,4	0,1	0,0		
Óleos, gorduras e ceras de origem animal e vegetal	1,4	1,6	3,2	1,4	4,8	13,9	18,0	30,1	37,6		
Produtos químicos e produtos conexos	10,2	3,9	3,9	5,1	5,9	7,1	8,6	7,7	6,6		
Artigos manufaturados, classificados segundo o material	1,6	4,8	6,6	12,3	12,3	11,9	11,8	13,5	16,7		
Máquinas e material de transporte	0,6	2,1	6,3	1,7	1,7	1,0	5,7	0,5	1,7		
Artigos manufaturados diversos	10,1	13,9	11,2	9,3	11,7	14,9	14,3	22,5	28,5		
Mercadorias diversas	-	-	0,1	-	0,1	-	-	-	-		
TOTAL	2,3	3,9	6,0	5,3	6,0	6,7	7,0	7,4	10,3		

Fonte: WITS. Elaboração própria

Tabela A.4
Indicador de comércio intra-indústria do Uruguai, total e com MERCOSUL,
média do biênio, período 1990-2006

	TOTAL												
	1989-1990	1991-1992	1993-1994	1995-1996	1997-1998	1999-2000	2001-2002	2003-2004	2005-2006				
Seção - CUCI - Rev.2													
Produtos alimentícios e animais vivos	2,2	2,8	6,0	7,2	8,8	8,1	7,1	4,5	5,1				
Bebidas e fumo	13,2	19,1	16,4	11,8	7,6	6,5	8,2	10,8	15,7				
Matérias primas não comestíveis, exceto os combustíveis	7,6	9,5	7,9	7,4	7,1	7,0	6,9	6,9	4,4				
Combustíveis e lubrificantes, minerais e produtos conexos	0,6	0,8	0,7	12,2	7,8	11,1	9,2	5,1	2,9				
Óleos, gorduras e ceras de origem animal e vegetal	6,7	7,7	9,8	17,6	21,7	10,1	18,4	28,4	14,6				
Produtos químicos e produtos conexos	28,5	35,3	37,0	28,5	28,0	27,1	27,9	24,4	27,7				
Artigos manufaturados, classificados segundo o material	12,5	16,4	16,7	23,7	25,6	25,1	22,4	21,1	22,4				
Máquinas e material de transporte	11,9	12,4	20,7	17,1	17,0	18,0	16,0	12,7	12,0				
Artigos manufaturados diversos	11,3	16,6	26,6	31,7	30,5	26,6	24,1	22,5	29,0				
Mercadorias diversas	-	0,1	0,0	0,0	0,1	0,2	1,1	0,3	0,1				
TOTAL	10,8	13,1	17,5	17,8	18,0	17,5	16,3	12,9	13,2				
	MERCOSUL												
Seção - CUCI - Rev.2													
Produtos alimentícios e animais vivos	3,9	5,8	10,7	11,1	13,3	16,0	14,9	11,5	17,0				
Bebidas e fumo	33,8	55,9	30,7	13,5	5,0	3,5	6,9	11,2	19,0				
Matérias primas não comestíveis, exceto os combustíveis	24,8	24,7	21,2	16,4	16,4	17,9	20,2	35,7	23,0				
Combustíveis e lubrificantes, minerais e produtos conexos	4,1	3,8	0,6	26,0	19,5	34,0	23,8	14,6	10,3				
Óleos, gorduras e ceras de origem animal e vegetal	12,7	10,3	11,0	20,1	25,2	15,8	28,0	36,0	18,8				
Produtos químicos e produtos conexos	47,6	58,2	58,9	47,3	47,7	43,3	46,3	41,6	48,9				
Artigos manufaturados, classificados segundo o material	21,8	33,9	31,0	44,2	47,6	43,8	42,3	40,3	38,6				
Máquinas e material de transporte	21,5	26,3	35,5	40,2	39,1	42,0	34,7	19,6	20,0				
Artigos manufaturados diversos	33,6	37,5	52,4	53,4	49,9	42,9	39,4	38,3	50,2				
Mercadorias diversas	-	1,8	-	0,3	0,3	-	-	2,5	14,3				
TOTAL	22,4	28,3	30,8	32,6	32,9	34,0	31,9	27,6	30,7				

Fonte: WIITS. Elaboração própria

